



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 330, DE 2025

(Do Sr. Gilson Marques)

Dispõe sobre a restrição do pagamento de benefícios assistenciais e previdenciários a estrangeiros, altera a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL;
PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E
FAMÍLIA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Gilson Marques

PROJETO DE LEI Nº, DE 2025
(do Sr. Gilson Marques)

Apresentação: 06/02/2025 17:22:19.500 - Mesa

PL n.330/2025

Dispõe sobre a restrição do pagamento de benefícios assistenciais e previdenciários a estrangeiros, altera a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica vedado o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS), do Bolsa Família ou programa de renda básico que venha a substituí-lo, bem como de quaisquer outros benefícios assistenciais de natureza similar, a estrangeiros residentes no Brasil, sendo sua concessão exclusiva a brasileiros natos e naturalizados nos termos desta lei.

Art. 2º Para efeitos desta lei, considera-se benefício assistencial qualquer pagamento concedido pelo Estado sem a exigência de contribuição prévia ao sistema previdenciário.

Art. 3º As disposições desta lei não se aplicam a cidadãos estrangeiros que tenham obtido naturalização brasileira antes da solicitação do benefício.

Art. 4º Os benefícios já concedidos a estrangeiros antes da vigência desta lei não serão afetados, salvo nos casos de revisão administrativa ou indícios de irregularidade devidamente comprovados.

Art. 5º A Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Gilson Marques

Apresentação: 06/02/2025 17:22:19.500 - Mesa

PL n.330/2025

“Art.

5º
.....

Parágrafo Único. A elegibilidade de que trata o caput deste artigo é restrita a brasileiro nato ou naturalizado residente no Brasil há mais de quinze anos e sem condenação criminal por crime doloso nos países de nascimento ou residência anterior.”

Art. 5º A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.

20.
.....

§ 16 Terá direito ao benefício de que trata o caput deste artigo o brasileiro nato ou naturalizado residente no Brasil há mais de quinze anos e sem condenação criminal por crime doloso nos países de nascimento ou residência anterior.” (NR)

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo assegurar que os benefícios assistenciais concedidos pelo Estado brasileiro sejam destinados exclusivamente a cidadãos brasileiros natos, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Gilson Marques

GILSON MARQUES

Deputado Federal (NOVO/SC)

Apresentação: 06/02/2025 17:22:19.500 - Mesa

PL n.330/2025



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 14.601, DE 19 DE JUNHO DE 2023	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202306-19;14601
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199312-07;8742

FIM DO DOCUMENTO